

Parte III - Trabalhadores em movimento: ações coletivas e horizontes de ressignificação

A Economia Solidária e a experiência da EcoVárzea: o trabalho como realização?

Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos
Roberto Vêras de Oliveira

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SANTOS, TFR., and OLIVEIRA, RV. A Economia Solidária e a experiência da EcoVárzea: o trabalho como realização? In: OLIVEIRA, RV., org. *Dinâmicas atuais do trabalho na Paraíba: leituras sociológicas* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, pp. 309-341. ISBN 978-85-7879-331-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

A Economia Solidária e a experiência da EcoVárzea: O Trabalho como Realização?¹⁰⁶

Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos
Roberto Vêras de Oliveira

Introdução

No contexto do capitalismo contemporâneo, em várias regiões do mundo, entre as quais se incluem a América Latina e o Brasil, vêm germinando experiências de formas alternativas de organização sócio-econômica. Dentre estas, destaca-se a Economia Solidária. Os empreendimentos assim referenciados têm por características principais: serem organizações, urbanas ou rurais, de produtores, de consumidores e/ou de crédito, baseadas na livre associação, no trabalho cooperativo, na autogestão e no processo decisório democrático, em que cada associado representa um voto (CULTI, 2007).

Sob condições de crise do emprego, em termos mundiais, a Economia Solidária tem se tornando um importante mecanismo gerador de renda. Entretanto, ao atuar nos interstícios dessa dinâmica e ao se inspirar em princípios que contradizem a lógica capitalista da acumulação, também tem se convertido em um espaço de construção de novas relações sociais e de trabalho (SINGER, 2000).

Aqui nos interessa observar, a partir de um caso concreto, como tem sido a experiência de trabalho dos que a constituem: em que medida o trabalho adquire, sob tais condições, novos sentidos, algo mais próximo de vivenciar esse como um fator de realização pessoal-coletiva? Ou seja, casos, como o que

106 Este artigo se baseia na Monografia defendida por Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos, em 2010, no Curso de Especialização em Economia Solidária e Autogestão da UFCG, sob a orientação de Roberto Vêras de Oliveira, com o título *A Economia Solidária e o trabalho como realização: um estudo de caso na Associação de Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana – EcoVárzea*.

aqui será tratado, têm sido capazes de propiciar uma experiência de trabalho para além de o conceber como simples meio de obtenção de renda?

A experiência tomada como objeto deste estudo foi a Associação de Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da várzea Paraibana – EcoVárzea. Esta é uma associação de pequenos agricultores familiares, produtores de hortaliças orgânicas (que não se utilizam de agrotóxicos), situados no território da várzea Paraibana, onde se encontram organizados na forma de 3 Assentamentos de Reforma Agrária. Os produtos são comercializados coletivamente na feira de produtos orgânicos realizada semanalmente no Campus I da UFPB, em João Pessoa. É atualmente formada por 37 sócios. Conta, ainda, com cerca de 120 pessoas envolvidas indiretamente com a produção, são as famílias dos sócios (esposas/esposos e filhos) que participam do cultivo e beneficiamento dos produtos dentro da perspectiva de agricultura familiar.

A questão de pesquisa foi posta nos seguintes termos: em que medida o trabalho, no âmbito da EcoVárzea, adquire o sentido de realização pessoal-coletiva, na percepção dos sócios-trabalhadores? Pressupomos que isso implicaria em ir além de ser tomado como simples instrumento de obtenção de renda, no qual o plano da realização pessoal tende a se situar fora do trabalho.

Como procedimentos metodológicos foram usados diversos recursos (pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação direta), sendo que o principal deles consistiu na realização de entrevistas semi-estruturadas, com 9 dos 37 sócios da EcoVárzea. Foi entrevistada, ainda, uma filha de um dos sócios, sendo esta uma das mais atuantes (considere-se que as famílias dos sócios podem assistir às assembleias, têm direito a dar opinião, mas não têm direito ao voto, nem obrigações para com a Associação). A coleta de dados ocorreu em dois momentos distintos, ambos no ano de 2010. No primeiro momento, foi realizado um levantamento documental e oral sobre a história e funcionamento atual da Associação, de modo a apurar sua identificação com os princípios da Economia Solidária. No segundo momento, foram realizadas as entrevistas, visando apurar melhor a experiência e suas percepções pelos sócios, sobretudo procurando contrastar essa frente às experiências anteriores de trabalho dos mesmos: como o trabalho se coloca agora nas suas vidas no âmbito da experiência do empreendimento solidário estudado?

O presente texto procura realçar as condições atuais nas quais ganha novos impulsos o tema do cooperativismo, situando a emergência das experiências de Economia Solidária. Na sequência se detém sobre o caso brasileiro. Para, em seguida, proceder a uma apresentação geral da experiência da EcoVárzea e à análise dos resultados da pesquisa. Conclui com algumas considerações.

A emergência do fenômeno da Economia Solidária

Boa parte da bibliografia que trata da emergência da Economia Solidária remete às origens das experiências de cooperativismo e de autogestão operária, referidas à Primeira Revolução Industrial. De acordo com Singer (2000), o cooperativismo surgiu no final do século XVIII na Inglaterra, com a emergência do capitalismo industrial. Por seus ideais de solidariedade e reciprocidade e por primar por uma forma de organização participativa e democrática, a experiência cooperativista se associou aos projetos de construção de alternativas ao capitalismo, desde o início. Insatisfeitos com as condições de trabalho impostas pelo capitalismo, os trabalhadores passaram a lutar por acordos e leis que trouxessem melhorias à qualidade de vida e de trabalho. Outros, descrentes do sistema capitalista, buscaram alternativas políticas mais amplas, como o socialismo e o anarquismo, ou alternativas, embora também políticas, com um foco mais imediato e mais centrado no econômico, como o cooperativismo. Entretanto, por razões históricas, que não cabem aqui ser analisadas, os desdobramentos do desenvolvimento do capitalismo ao longo dos Séculos XIX e XX não contaram com a afirmação do cooperativismo como um caminho prioritário de construção de uma alternativa ao modo de produção capitalista.

Sem nunca deixar de existir como forma alternativa de organização produtiva, a experiência cooperativista sobreviveu em várias regiões do mundo e ao longo de todo esse período, até que com a atual crise mundial do emprego, tais experiências retornaram sob formas e denominações diversas. No caso do Brasil, uma de suas variantes adquiriu o nome de Economia Solidária. Sobre esse acontecimento, Culti (2007) afirma que “esta nova forma de economia que se desenvolve no Século XXI tem o cooperativismo operário como principal antecedente”. Um cooperativismo, orientado sob certos princípios, preocupa-se com o desenvolvimento econômico, social e cultural dos grupos mais diretamente envolvidos e da sociedade, em sentido mais amplo.

Uma característica marcante do capitalismo é o aproveitamento incompleto da capacidade de trabalho disponível na sociedade, o que gera um “exército de reserva”, ou seja, uma margem de desempregados e subempregados à disposição do mercado. Entre as diversas alternativas adotadas pelos trabalhadores em várias regiões do mundo, merecem destaque aquelas que se colocam sob uma perspectiva crítica em relação às formas capitalistas de trabalho e de produção, apresentadas em Santos (2002), por exemplo.

Para Singer (2000), a economia solidária não é uma criação intelectual, e sim uma criação social, em um processo permanente, que envolve trabalhadores em luta contra o capitalismo.

A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram [...] marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição [...] com o princípio da socialização destes meios (SINGER, 2000, p.13)

Diante da produção sob o controle do capital, ao trabalhador se colocam as opções de se dobrar às regras capitalistas ou buscar alternativas, como a Economia Solidária: “a construção da economia solidária tem sido, em muitos países ao longo de muitas gerações, uma das principais formas de luta contra o capitalismo, ao lado da ação combativa de sindicatos e partidos por direitos políticos e sociais” (SINGER, 2000, p.15). Singer (2000) se opõe às idéias de Rosa Luxemburgo, que afirmava que o cooperativismo apenas competia com o capital, sem eliminá-lo. Suas razões se apóiam em três motivos: só quando os trabalhadores estiverem aptos a praticar a autogestão é que o capital poderá ser eliminado; o cooperativismo melhora as condições de trabalho, mesmo quando estas ainda deixam a desejar; a experiência cooperativista e autogestionária reforça o poder de luta dos trabalhadores assalariados contra a exploração capitalista, no mínimo porque concorre para diminuir o seu “exército de reserva”. Para Singer (2000), o diferencial trazido por um cooperativismo autêntico se encontra na autogestão:

A autogestão duma empresa solidária é – ou deveria ser – totalmente diferente da gestão capitalista, em primeiro lugar porque os conflitos entre interesses seccionais devem ser muito menores e em segundo lugar porque podem ser travados abertamente e resolvidos por negociações em que todos tomam parte (SINGER, 2000, p.20)

Gaiger (2004) relaciona o surgimento de empreendimentos econômicos solidários à conjunção das seguintes circunstâncias: a presença de setores populares com experiência em práticas associativas, comunitárias ou de classes; a existência de organizações e lideranças genuínas, vincadas nos movimentos de ação direta e nos sistemas de representação dos interesses coletivos próprios àqueles segmentos sociais; a presença de entidades e grupos de mediação, aptos a canalizar as demandas dos trabalhadores para alternativas associativas e autogestionárias; a incidência dos efeitos da redução das modalidades convencionais de subsistência, seja devido à menor

absorção ou maior seletividade do mercado de trabalho, seja devido à ineficácia das políticas públicas destinadas a gerar oportunidades econômicas ou a compensar momentaneamente a sua insuficiência; a formação de um cenário político e ideológico que reconheça a relevância dessas demandas sociais e das alternativas que apontam, as quais passam a penetrar em amplas frações dos movimentos sociais e na institucionalidade política. Forças “negativas” e “positivas” têm concorrido para incrementar a experiência da Economia Solidária, na visão do autor:

De um lado, forças negativas, que virtualmente eliminam as opções de vida econômica normalmente utilizadas pelos trabalhadores, às quais podem somar-se ainda razões subjetivas, na consciência dos mesmos, que os levam a rejeitar aquelas soluções habituais e somente a suportá-las na falta de outras. De outro lado, forças positivas, que favorecem a adesão dos trabalhadores às propostas associativas, em razão das vantagens materiais que apresentam ou porque formam e sedimentam convicções subjetivas nessa direção (GAIGER, 2004, p.7)

Ainda conforme Gaiger (2004), as formas de produção solidária trazem características promissoras: seus princípios intrínsecos não as impedem de competir no mercado; possuem vantagens relativas do ponto de vista da eficiência; sua difusão engendra um efeito imediato de distribuição da propriedade e de democratização da economia; geram simultaneamente benefícios sócio-políticos, atuando em sentido contrário ao efeito das desigualdades econômicas e sociais. A natureza dos empreendimentos solidários, para o referido autor, está no fato de que eles propiciam, em alguns casos, a existência de relações sociais antagônicas ao capitalismo e, em muitos casos, preservam ou revitalizam relações sociais não capitalistas.

Do ponto de vista primordial do desenvolvimento humano, as empresas de economia solidária superam suas concorrentes capitalistas, não porque representam invariavelmente a sua antítese e ameaçam sua supremacia, mas porque oferecem outras condições históricas aos trabalhadores, de conteúdo inegavelmente emancipatório. Este conteúdo provém da experiência concreta da autonomia no trabalho e pelo trabalho (GAIGER, 2004, p.14)

Nas palavras de Gaiger:

A autogestão e a cooperação são acompanhadas por uma reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas que ele detém e utiliza. Não sendo mais um elemento descartável e não estando mais separado do produto do seu trabalho, agora sob seu domínio, o trabalhador recupera as condições necessárias, mesmo se insuficientes, para uma experiência integral de vida laboral e ascende a um novo patamar de satisfação, de atendimento a aspirações não apenas materiais ou monetárias. Por conseguinte, as relações de produção dos empreendimentos solidários não são apenas atípicas para o modo de produção capitalista, mas contrárias à forma social de produção assalariada: nesta, o capital emprega o trabalho; naqueles, os trabalhadores empregam o capital. (GAIGER, 2003, p. 193)

De acordo com Santos (2002), as experiências de Economia Solidária emergem principalmente nos países periféricos ou semi-periféricos, no bojo de movimentos cujos objetivos sinalizam para alternativas econômicas e sociais ao capitalismo. Santos (2002, p.15) situa tal experiência em um movimento mais amplo de busca da humanidade por tempos melhores nos seguintes termos:

Está nascendo uma outra forma de globalização, uma globalização alternativa e contra hegemônica que através de redes e alianças locais lutam contra a globalização neoliberal, em busca de um mundo melhor.

Economia solidária no Brasil

De acordo com Pochmann (2004), com a crise da dívida externa ocorre a ruptura na tendência de estruturação do mercado de trabalho a partir de 1980. A promoção de diversas políticas de ajuste econômico, sobretudo desde 1990, com a adoção do receituário neoliberal, aprofundou o quadro de estagnação da renda per capita acompanhado pela queda na abertura de novas vagas assalariadas formais, o que contribuiu para a elevação do desemprego e para a precarização do trabalho. Com a ruptura do movimento de estruturação do mercado de trabalho, passou a haver uma elevação da participação das ocupações nos segmentos não-organizados da economia urbana. (POCHMANN, 2004). Aproveitando-se de um contexto mais favorável, as

empresas capitalistas empreenderam ampla reestruturação produtiva, sobretudo incorporando novas tecnologias e novos métodos de gestão, passando a adotar inclusive formas de ocupação não tipicamente capitalistas, tais como trabalho irregular, parcial, em domicílio, diversas modalidades de subcontratação, entre outras (POCHMANN, 2004).

Foi sob tal contexto que a Economia Solidária emergiu como um campo alternativo de experiências econômicas, sociais e políticas. A partir da iniciativa de trabalhadores recém demitidos ou desempregados, da ação de ONGs nacionais e estrangeiras, experiências de extensão universitária, de instituições religiosas, de grupos de militantes políticos, tais experiências ganharam uma dimensão nacional, se projetaram política e institucionalmente, tendo provocado a constituição de uma política do Governo Federal, na forma da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, em 2003.

Em junho de 2003, o Congresso Nacional aprovou projeto de lei do presidente Lula, criando no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). Reconheceu dessa forma o Estado brasileiro um processo de transformação social em curso, provocado pela ampla crise do trabalho que vem assolando o país desde os anos 1980 (...). A Senaes entende que sua missão é difundir e fomentar a economia solidária em todo o Brasil, dando apoio político e material às iniciativas do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). (SINGER, 2004, pp. 03-04)

Em 2005, a SENAIS coordenou a realização de um levantamento nacional de informações sobre as experiências de Economia Solidária existentes no país. Os resultados foram publicados, pelo MTE, no Atlas da Economia Solidária no Brasil, nesse mesmo ano. Foram identificados 14.954 Empreendimentos Econômicos Solidários – EES em 41% dos municípios brasileiros. Constatou-se uma maior concentração dos EES na região Nordeste, com 44%. Os restantes 56% se encontravam assim distribuídos: 13% na região Norte, 14% na região Sudeste, 12% na região Centro-oeste e 17% na região Sul. Quanto à forma de organização, a maior parte dos EES se constitui de Associação (54%), seguida de Grupos Informais (33%), de Organizações Cooperativas (11%) e outras formas de organização (2%). Outro dado interessante diz respeito aos principais motivos (não excludentes entre si) alegados para a criação desse tipo de empreendimento: alternativa ao desemprego (45%), complemento da renda

dos sócios (44%) e obtenção de maiores ganhos (41%). Dois outros motivos tiveram destaque: possibilidade da gestão coletiva da atividade (31%) e condição para acesso a crédito (29%). Quanto à área de atuação, os dados revelaram que 50% dos EES estavam situados em espaços rurais, enquanto 33% se localizavam em regiões urbanas e 17% tinham atuação tanto na área rural como na área urbana. No que diz respeito à comercialização, a pesquisa do MTE mostrou que os produtos e serviços dos EES se encontravam destinados predominantemente aos espaços locais: 56% dos EES afirmaram vender ou trocar produtos e serviços no comércio local comunitário e 50%, em mercados/comércios municipais. Apenas 7% dos EES afirmaram que o destino de seus produtos era o território nacional e 2%, que realizam transações com outros países. Um grande diferencial da Economia Solidária é a gestão coletiva. Um indicador importante para avaliar a participação dos sócios nos EES é a periodicidade de realização das assembleias ou reuniões. Quanto a este ponto os dados revelaram que 79% dos EES afirmaram realizar assembleias ou reuniões com periodicidade de até 3 meses, sendo que 49,2% as realizavam mensalmente, 10,5% semanal ou quinzenalmente e 11,2 bimestral ou trimestralmente. Quanto às dificuldades enfrentadas, constatou-se que 61% dos EES viviam dificuldades na comercialização, 49% indicaram o acesso ao crédito e 27% apontaram não ter acesso a acompanhamento, apoio ou assistência técnica. Quanto ao compromisso e participação social dos EES, verificou-se que do total identificado 67,4% assumiram que se preocupavam com a qualidade de vida dos consumidores de seus produtos e serviços e 58,2% alegaram ter compromisso social ou comunitário. 59,4% participavam de movimentos sociais e populares e 42,2%, de redes ou fóruns de Economia Solidária. Sobre a preocupação com a qualidade de vida e o meio-ambiente, constatou-se que, dentre outras preocupações apresentadas pelos EES, 28,6% declararam oferecer produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos e 31,8% afirmaram realizar reaproveitamento dos resíduos. O estudo informou ainda que estavam associados nos EES pesquisados, em 2005, mais de 1 milhão e 250 mil homens e mulheres, resultando em uma média de 84 participantes por EES.

Os dados retirados do Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005, apesar dos limites metodológicos implicados e do tempo já transcorrido, ilustram de maneira geral a situação da Economia Solidária no Brasil, mostrando que esta já conta com um espaço efetivo enquanto experiência social no país.

O futuro da economia solidária pressupõe o desenho de uma estratégia de inclusão social, capaz de combinar o fortalecimento de medidas comprometidas com a

redistribuição de renda e com caminhos de emancipação social, política e econômica. Sem isso, todavia, os limites de superação da fase inicial da economia solidária no Brasil permanecem expressivos (POCHMANN, 2004, p.32).

A Economia Solidária na Paraíba e a Ecovárzea

No âmbito do projeto de mapeamento nacional conduzido pela SENAIS (2005), foi desenvolvido um componente específico sobre a Paraíba, por meio de convênio firmado entre a REDE UNITRABALHO e a FINEP. O mapeamento abrangeu 129 municípios da Paraíba, correspondendo a 58,7% do total de municípios do estado. Nestes foram identificados 670 empreendimentos com as características de EES. De acordo com os dados apurados, a maior parte dos empreendimentos (57,8%) está organizada em forma de Associação, 31,2% como Grupos Informais, 7,8% como Cooperativas, com as demais formas reunindo 3,2%. Não há dados que expliquem o grande número de associações no Estado, mas o mapeamento aponta como um fator importante os incentivos e exigências dos programas governamentais.

Os principais motivos que levaram à criação dos EES na Paraíba variam entre: condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros países (17,2%); uma fonte complementar de renda para os associados (15,8%); uma alternativa de emprego (15,2%); obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo (15,1%); desenvolver uma atividade onde todos são donos (11,8%); desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades (11,0%); 13,8% apontaram motivos como recuperação por trabalhadores de empresa privada que faliu, motivação social, filantrópica ou religiosa, alternativa organizativa e de qualificação e outros. As das atividades coletivas realizadas pelos EES na Paraíba foram assim classificadas: produção (17,9%); comercialização e venda (17,4%); uso de infra-estrutura (17,3%); uso de equipamentos (14,5%); aquisição de matéria-prima e insumos (8,8%); poupança ou crédito (7,5%); prestação do serviço ou trabalho (6,6%); obtenção de clientes ou serviços para os sócios (5,8%); troca de produtos ou serviços (4,2%). Um dado em destaque: 45,2% dos empreendimentos consultados desenvolviam atividades econômicas relacionados à agricultura familiar e de subsistência, tais como “Atividades de serviços relacionados com a agricultura”, “Cultivo de outros produtos de lavoura temporária” e “Cultivo de cereais para grãos”. Entre os produtos e/ou serviços produzidos pelos EES destacaram-se o feijão (18,0%), o milho (16,3%) e a mandioca (7,7%).

Quanto ao faturamento médio anual dos empreendimentos, 22,3% faturavam até R\$1.000,00; a maioria (33,8%) se situou no patamar de R\$ 1.001,00 a R\$5.000,00; 13,1%, de R\$5.001,00 a R\$10.000,00; 21,6% faturavam de R\$10.000,01 a R\$50.000,00; 2,4% faturam de R\$50.001,00 a R\$100.000,00; e 6,8%, mais de R\$100.000,00. Quanto à origem das matérias primas a maior parte dos empreendimentos (aproximadamente 67%) as adquiriam por meio da compra a empresas privadas, em seguida vem a aquisição por intermédio dos próprios sócios, seguida pelas doações. Este dado revela a baixa colaboração entre os EES na Paraíba. O principal destino dos produtos e/ou serviços eram as vendas (49%), seguido de “Parte era vendida e parte era destinada ao consumo de sócios (as)” (31%), enquanto 10% eram exclusivamente destinados ao consumo de sócios. A maior parte dos produtos e/ou serviços (50,6%) era comercializada através da venda direta ao consumidor, 36,1% era vendido a revendedores/atacadistas, 5,2% era vendido a órgão governamental, apenas 1,8% era trocado com outros empreendimentos solidários e 0,5% era vendido a outros empreendimentos deste tipo.

Os dados da referida pesquisa revelam ainda que as principais fontes de custeio das atividades produtivas dos EES na Paraíba provinham de recursos “dos próprios sócios” (53%) e de doações (29%), seguido por 14% que tinham “empréstimos e/ou financiamentos” como origem dos recursos para iniciar os empreendimentos. Outras revelações da pesquisa: 82% dos EES consultados afirmam necessitar de crédito ou financiamento; 76,5% realizavam “Assembléias de sócios (as) ou reuniões do coletivo de sócios (as)”; 65,9% estavam dotados de “Diretoria, Conselho Diretor ou Coordenação”; 59,5% tinham “Conselho Fiscal”; 26,2% tinham “Conselho Administrativo”; 15,9% dispunham de “Grupos de Trabalho, Comissões ou Núcleos”, entre outras instâncias de direção e de coordenação. A periodicidade das assembléias ou reuniões eram mensal para 59%. Quanto ao tipo de remuneração recebida pelos sócios esses empreendimentos, 69% tinham “remuneração por produto ou produtividade”; 11% “não estão conseguindo remunerar”; para 8% “não há remuneração (autoconsumo ou voluntário)”; 7% tinham “remuneração fixa” e 5% recebiam “remuneração por horas trabalhadas”.

Dentre essas experiências, situa-se a Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana – EcoVárzea, que envolve pessoas de quatro Assentamentos de Reforma Agrária, situados na Várzea paraibana: Dona Helena, em Cruz do Espírito Santo, e Padre Gino, Rainha dos Anjos e Boa Vista, em Sapé. Tal empreendimento se dedica à produção de hortifrutigranjeiros em bases agroecológicas: hortaliças, frutas, cereais,

raízes, ovos, galinha de capoeira, carne de bode, artesanatos, mel de abelha, multimistura, remédios caseiros, plantas medicinais, queijos e comidas típicas (mungunzá, canjica, tapioca, etc.). A produção e a comercialização são realizadas sob dinâmicas individuais e coletivas, quando se busca incorporar os princípios do solidarismo.

Segundo apuramos em Pinto (2010), Marcos *et al* (2005) e nas entrevistas, a constituição do projeto da EcoVárzea começou a ser assentado por volta de 1990, quando da falência das Usinas Santa Helena e Madalena (situadas em Sapé e Cruz do Espírito Santo, respectivamente). Nessa ocasião, ex-trabalhadores canavieiros se articularam, com apoio da Cáritas e da Comissão Pastoral da Terra, dando início a um processo de organização e luta pela ocupação da terra. Conforme os relatos, esse processo foi lento e difícil, com os agricultores tendo sofrido perseguições e agressões em seus acampamentos. Com o apoio de religiosos, os agricultores em luta se retiraram da região do conflito e se alojaram no salão paroquial, na cidade de Cruz do Espírito Santo.

Entre 1991 e 1996, ocorreram idas e voltas: novas ocupações da área, pelos agricultores, repressão, recuos. a prefeitura de Cruz do Espírito Santo chegou a conceder um terreno baldio para servir de ponto de apoio aos agricultores, que lá se instalavam, em barracas, sempre que, por pressão dos proprietárias das terras, tinham que bater em retirada provisória. Enquanto o processo de desapropriação não se consumava, os agricultores em luta voltaram à terra ocupada, mais uma vez, enfrentaram os capangas, organizaram uma comissão de posse e aceleraram o processo de desapropriação. Quando conseguiram que a área fosse desapropriada, em 1996, não esperaram pelo INCRA, se reuniram, mediram e dividiram a terra entre as 104 famílias, reunindo mais ou menos 600 pessoas. Houve um impasse com o INCRA, visto que o espaço desapropriado era considerado uma agrovila, mas para os trabalhadores era a Reforma Agrária (Pinto, 2010). Segundo um entrevistado:

Quando foi em 91/92 a gente começou um trabalho com o apoio da CPT e a partir daí, junto com outros canavieiros, com outras comunidades, nós se organizou e entramos numas propriedades improdutivas pelo proprietário, ex-proprietário, e a gente conseguiu essa área e hoje nós estamos lá (Entrevistado 09).

Com o Assentamento, surgiu uma discussão sobre como proceder com a produção e a comercialização ali desenvolvida. Em 1997 os trabalhadores sentiram a necessidade de eliminar a figura do atravessador, que ficava com a

maior parte dos ganhos sobre os produtos vendidos, pagando apenas 1/3 do valor ao produtor. Passaram a se reunir com frequência para discutir formas coletivas de comercialização. Em 1998, com o apoio institucional da Cáritas Arquidiocesana/Pb, estudaram a experiência do Rio Grande do Sul em produção agroecológica, e mesmo sem conseguir o apoio inicial do Banco do Brasil e do BNB começaram a produção agroecológica de hortaliças. Buscaram junto às Prefeituras Municipais de Sapé, Cruz do Espírito Santo e Santa Rita espaços para a comercialização de seus produtos. Coube à Cáritas um papel importante na inserção do grupo no universo discursivo da Economia Solidária, assim como no desenvolvimento de formas alternativas de organização da produção e da comercialização dos produtos. Isso foi ocorrendo

através da realização de oficinas sobre a comercialização, abordando aspectos referentes ao relacionamento com o público e preparando os camponeses para o contato com os consumidores. Além disso, incentivou-se a introdução de relações não monetárias, através da troca de produtos por produtos entre os camponeses, de forma a que todos pudessem dispor de uma maior diversificação de alimentos para o consumo sem que para isso tivessem que comprometer uma boa parte dos poucos obtidos com a comercialização que conseguiam realizar, experiência esta que foi muito bem aceita por eles (MARCOS *et al*, 2005, p.4).

Os agricultores decidiram se dedicar à produção e comercialização de produtos agroecológicos, se referenciando nos princípios da Economia Solidária. Como a comercialização em Santa Rita não deu certo, procedeu-se a um contato com a Universidade Federal da Paraíba - UFPB, de modo a buscar neste apoio para a realização de sua feira semanal agroecológica no Campus I, em João Pessoa. Inicialmente, tal proposta não foi implementada em razão de uma greve geral que então envolvia toda a UFPB. A feira passou a ser realizada no Bairro de Mangabeira, também em João Pessoa. A primeira feira ocorreu no dia 18 de novembro de 2001. Foram realizadas mais de 5 cinco feiras nesse local, mas o retorno foi decrescendo, se tornando inviável. Foi assim que em maio de 2002 a feira foi instalada no Campus I da UFPB. Dois anos depois foi criada a EcoVárzea:

Em 2004 o grupo decidiu criar uma associação para a feira, a 'Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana – EcoVárzea' que

tem por objetivos, entre outros, unir os camponeses que optaram pela agricultura agroecológica, garantindo as condições de continuidade da produção e comercialização da produção dos associados; criar novos canais de escoamento da produção; fortalecer a autogestão dos camponeses e intermediar na elaboração de projetos que visem a melhoria das condições de produção dos associados (MARCOS *et al.*, 2005, p. 5)

Toda essa trajetória pode ser ilustrada pela fala de um dos sócios entrevistados, o atual coordenador executivo da EcoVárzea, um dos pioneiros da experiência:

A feira surgiu a partir do processo da conquista da terra, tendo produzido a discussão da comercialização, que a gente achava que nosso problema era a questão da comercialização, e fomos montar uma estrutura de comercialização a partir da gente: é uma coisa nossa, nós queremos produzir e queremos comercializar. E a gente foi em busca disso e conseguimos. No ano de 2001 nós tivemos uma capacitação muito boa em Economia Solidária, que traz assim o empenho, o envolvimento, o relacionamento desse grupo pra esse processo de desempenho. Então isso tem ajudado pra que a gente tenha desempenhando esse papel, isso tem direcionado uma viabilidade não só para o grupo mas pra outras pessoas. (Entrevistado 01)

A Associação conta hoje com 37 sócios cadastrados, que praticando agricultura familiar envolvem seus esposos, esposas e filhos no processo produtivo e na comercialização. Ao todo são cerca de 120 pessoas envolvidas diretamente ou indiretamente com as atividades da EcoVárzea. Segundo apuramos, atualmente, são comercializados 5.000kg de produtos semanalmente, num total aproximado de 100 tipos de produtos por feira. A arrecadação encontra-se em torno de R\$ 4.000,00 por feira. Anualmente são realizadas 52 feiras.

O atual patrimônio da EcoVárzea inclui: 24 barracas, adquiridas através de recursos emprestados, que foram pagos descontando 3% da receita bruta de cada agricultor no dia da feira, hoje já tendo sido liquidada a dívida; 02 caminhões F- 4.000 marca Ford, com cessão de uso por 5 anos, sendo renovável por mais 5 anos; 6 balanças eletrônicas; 01 TV; 01 aparelho de DVD; 02 computadores acompanhados com impressora; baldes para armazenar lixo; carro de mão para apoio no descarrego etc.

Segundo seus Estatutos, são as seguintes suas principais instâncias decisórias: Assembléia Geral (que se realiza na última quarta feira de cada mês); Coordenação Executiva; Conselho Fiscal; e Conselho de Ética. O grupo dispõe de um Fundo Rotativo Solidário, que propicia a troca de produtos no final de cada feira entre os sócios. Tanto a coordenação quanto os conselhos são dirigidos por membros eleitos pelo próprio grupo. Porém nem a Coordenação, nem os Conselhos podem tomar decisões consideradas de grande importância sem a aprovação da maioria dos associados em assembléia geral. Além das assembleias gerais o grupo realiza reuniões pós-feira, onde fazem o levantamento das vendas, trocam produtos entre si através do Fundo Rotativo Solidário, separam os produtos destinados à doação para as instituições apoiadas pela associação e resolvem pequenas pendências de maior urgência.

A EcoVárzea busca se articular com órgãos governamentais e organizações da sociedade civil, especialmente ligados à agricultura e à Economia Solidária, como o Fórum de Economia Solidária. Entre os seus principais parceiros estão: UFPB, CNPq, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Desenvolvimento Territorial, Banco Brasil, Banco do Nordeste, INCRA, Prefeituras Municipais, ONGs, associações afins, como a EcoSul.

Nos relatos dos entrevistados foi possível identificar as seguintes ações concebidas, pelos sócios, como de tipo solidárias: exercício da discussão coletiva nas assembleias e reuniões; frete solidário; descarrego e carregamento dos produtos da feira de forma coletiva; fundo de feira com destino coletivo; aquisição de insumos e equipamentos de modo coletivo; realização de mutirões na construção de galpões e no cultivo de roçados comunitários ou individuais; vendas solidárias, comercializando produtos quando da impossibilidade do sócio vir à feira; almoço e café comunitário; aquisição de 24 barracas coletivamente. O grupo dispõe de um Centro de Mudanças de Hortaliças e um Centro de Produção de Defensivos Alternativos Naturais. Há a produção de húmus de minhocas em 19 minhocários.

Segundo a Associação, o grupo já teve participação em eventos tais como: Feira Nacional da Agricultura Familiar; intercâmbio com agricultores familiares orgânicos de Lagoa Seca, no Brejo Paraibano, de Assentamentos do Sertão Paraibano, de Abreu e Lima, em Pernambuco, e do Rio Grande do Sul; apresentação da experiência da Associação na Áustria, em Alagoas, na UFPB, na CPT de Guarabira, em diversos lugares do país onde vêm se constituindo os Territórios da Cidadania; encontros de jovens filhos de assentados da Reforma Agrária; Seminários de Agroecologia; Encontro Paraibano de Agroecologia e no Encontro Nacional de Agroecologia; Rede Semente

(Semente da Paixão); Participação nos Territórios da Cidadania apresentando as experiências. A associação já recebeu visitas de Agricultores do Rio Grande do Norte, do Sertão da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas, de estudantes de Assentamentos da Reforma agrária e de agricultores do Pólo da Borborema (Campina Grande). Os sócios e familiares, em geral, têm participado de cursos envolvendo temas como Agroecologia, Cooperativismo, Autogestão, Economia Solidária, Atendimento ao Público, Comercialização Solidária, Custo de Produção, Defensivos Alternativos, Minhocários, Formação Cidadã etc. Esse processo de capacitação é contínuo e prossegue de acordo com o interesse do sócio em participar de palestras, cursos, seminários, visitas técnicas, entre outras atividades que podem contribuir com sua formação.

Por meio de ações que exercitam o solidarismo e de intercâmbios que a põe em contato com experiências e movimentos que se identificam com projetos como a agricultura familiar agroecológica, a Economia Solidária, o comércio justo e ideais afins, a EcoVárzea tem se afirmado como um empreendimento solidário em construção. Depoimentos como o que segue são emblemáticos:

As atividades que eu venho desenvolvendo até hoje foi o plantio, o contato com meus companheiros, às vezes a gente faz serviço de mutirão, né? Um diz “companheiro, tô precisando...”, aí a gente se junta pra ajudar um ou outro que precisa. Já fiz parte também... já que nós somos da EcoVárzea, somos sócios, né? Já tive um mandato também, na comissão de ética e um mandato como conselho fiscal. No meu assentamento, onde eu moro, Padre Gino, também já trabalhei lá por três mandatos, um como presidente já, e tudo isso a gente vai pegando muito conhecimento com os companheiros e também até hoje foi uma coisa que me fez desenvolver no meu ramo de trabalho e, graças a Deus, com a ajuda dos outros, a gente vai pegando conhecimento, e a gente tamos pra ajudar um ao outro, né? (Entrevistado 05).

Mas, as dificuldades são diversas. Alguns dos principais problemas apontados pelos entrevistados foram: falta de melhoramento da estrutura física do local da feira, fazendo com que as barracas sejam montadas sobre o chão de terra, que acaba virando lama em período de chuva, dificultando o acesso dos clientes além de gerar desconforto para os trabalhadores; falta de comprometimento com o trabalho coletivo por parte de alguns sócios. Para mudar este quadro a EcoVárzea busca realizar, com o apoio de seus parceiros, cursos e

seminários com temas relacionados à Economia Solidária, à autogestão e ao cooperativismo, especialmente entre os jovens das famílias associadas, promovendo assim a germinação, o crescimento, o amadurecimento e a frutificação da consciência solidária.

Considerando os ganhos computados e os problemas identificados, como tal experiência tem sido percebida por seus sócios? Em que medida esta se apresenta para eles como algo de tipo novo, como um exercício de trabalho e vida, que os coloca sob outras possibilidades de realização individual e coletiva?

A percepção da experiência pelos seus protagonistas

Por ser uma associação de agricultores, as principais atividades desenvolvidas pelos sócios-trabalhadores da EcoVárzea estão relacionadas com o plantio e a comercialização de produtos agrícolas. Por opção do grupo, a produção é agroecológica. Além do plantio e comercialização de frutas, verduras, hortaliças e raízes, há também o plantio e beneficiamento de grãos, a partir dos quais são produzidos multimisturas, farelo e farinha. Alguns membros da Associação têm criação de galinhas, gado e bode. Estes comercializam ovos ou trabalham com a comercialização de café/almoço, servindo galinha, bode e picado, acompanhados com macaxeira cozida ou cuscuz. Algumas barracas da feira oferecem ainda tapioca, beiju, mungunzá, canjica, café, cocada e doces caseiros. Paralelamente às atividades no campo, os sócios da EcoVárzea desenvolvem trabalhos para a manutenção da associação. Os relatos dos entrevistados ilustram as atividades praticadas pelos membros do grupo, as formas e processos de trabalho.

Hoje a gente tá nesse processo que é a EcoVárzea, com esse desempenho que se tem. É uma ocupação... não é pouca coisa. Você produz, comercializa, tem um quê na administração. Tem o geral da organizativa, o processo todo que faz com que você se articule. (Entrevistado 01)
Trabalho com inhame, com feijão, com milho, com batata, com tudo que é semente, e trabalho com gado também, tenho um gadinho pra ajudar. Mas só isso mesmo, vivo só da agropecuária. (Entrevistado 03)

Eu trabalho no caminhão como motorista, no caminhão da EcoVárzea, e trabalho em casa com... eu crio bode, crio porco, crio um pouquinho de gado, aí tenho plantio

de macaxeira, inhame, abacaxi, são minhas atividades [...] Aqui na barraca eu vendo o que chama de café e almoço. Aqui é bode, eu trago bode cozinhado, picado de bode, macaxeira... (Entrevistado 10)

Eu faço de tudo, eu planto, eu, eu... todo cultivo é familiar, é toda a família ali, minhas filhas, todo mundo faz canteiro, todo mundo agoa manual, ajeita quando tem um motor, limpa a cacimba, e pronto, é tudo a família [...] Pra comercializar venho eu, a minha filha, duas filhas, é Joelma e Josean, o genro tá também no processo e o netinho de nove anos. (Entrevistado 08)

Como já indicamos antes, há uma forte participação da família nas atividades desenvolvidas pelos sócios da EcoVárzea, nas atividades agropecuárias, no beneficiamento da produção, no encaixotamento e na comercialização. Segue algumas das respostas fornecidas quando se questionou a ajuda da família nos trabalhos envolvidos.

A minha família hoje é eu, minha esposa e quatro filhas, já tão tudo moça, a mais velha completa agora vinte e um anos e a mais nova completa agora treze anos, outra tem dezesseis e outra tem dezessete, vai fazer dezoito. Elas ajudam um pouco no plantio, ajudam em casa e também nos trabalhos que diz respeito à questão social, né? Assim... aderiram ao processo de tá se capacitando, de tá se organizando, são pessoas que tão sempre envolvidas, no grupo de crianças da cidade, outro dia vai crescendo e vai pro grupo de jovens, etc. (Entrevistado 01)

A minha família participa da produção, minha esposa também trabalha comigo, na horta. Ela, quando tem uma vaguinha, ela tá comigo na horta, trabalha na agricultura, ela faz pano de prato, pano de cozinha, coisa de banheiro, mas ela também tá comigo na horta, me ajudando, cuidando dos nossos produtos [...] A minha filha também é a mesma coisa, é uma que mora lá comigo, é casada também, mora lá também e a outra mora mais adiante, mas a profissão é agricultura mesmo. (Entrevistado 05)

Em algumas ocasiões, ficou evidenciada uma divisão familiar do trabalho:

Sim, sim, sim. Mais na organização em casa, sabe? Nem no plantio... e ajuda também no plantio, mas é muito pouco. É mais em casa organizando as caixas, as coisas. (Entrevistado 06)

É, é. Tudo me ajuda. Tem eu, dois filho e o esposo. Eles ficam mais no plantio, muito difícil vim na feira. (Entrevistado 07)

Me ajuda, faz a comida. Tudo envolve a minha família. Quem trabalha sozinho não consegue não. (Entrevistado 10)

Em relação à minha família é um pouco diferente porque minha família ainda não é adulta. Só quem trabalha é eu e a minha esposa. As crianças... o mais velho tá com 12 anos, aí só algumas atividades assim maneira é que eles ajudam, mas o serviço mais pesado fica comigo, a minha esposa ajuda na medida do possível porque só as atividades de casa já é muito trabalho pra ela. Mas a gente considera que é tudo... quer dizer, porque se ela fica em casa cuidando dos afazeres de casa também faz parte da agricultura familiar. [...] Raramente ela vem [à feira], porque agora tá com menino pequeno, quando pode ela participa, mas faz um bocado de tempo que ela participou. Quando ela produz a cocada de coco, maracujá, aí sempre ela manda. Quer dizer... diretamente não, mas indiretamente ela tá sempre participando. (Entrevistado 09)

Ao mesmo tempo em que o grupo vem incorporando várias de trabalho coletivo, foram preservados os espaços individuais de cada família. Cada agricultor, juntamente com sua família, é responsável por sua produção. O grupo oferece apoio para aqueles que, por algum motivo, como doença ou encargo com tarefas da Associação, não estejam em condições de manter sua plantação, mas não é comum o plantio coletivo. A parte coletiva do trabalho se refere principalmente ao momento da comercialização e às atividades relacionadas com a administração e manutenção da Associação. Obviamente o espírito solidário dos envolvidos faz com que um esteja cuidando do outro, oferecendo ajuda, dividindo material de trabalho e conselhos quando necessário.

A EcoVárzea é uma associação (...) Então já que nós trabalha separadamente, nós tem esse grupo, todo mundo se junta para vender numa feira só, coletivo. A gente faz

um trabalho individual e passa pra ser coletivo. Quando a gente vem pra feira todo mundo trás, todo mundo ganha, um vende o de um, um vende o de outro, tal... A gente num tem essa de concorrência nenhuma e passamos pra ser um grupo. E a maneira da gente trabalhar, a gente trabalha em conjunto também, se a gente tá trabalhando e a lavoura da gente não tá boa a gente pega informação com um, pega informação com outro, um vem dá uma ajuda, outro vem, faz um e tal, se a pessoa num tiver o remédio pra botar, o outro já tem, outro... trabalha em conjunto. Mas a gente trabalha individual, individual que cada um faz o seu e na sexta-feira passa pra ser coletivo (Entrevistado 03).

Muitos buscaram enfatizar o espírito solidário que envolve o convívio entre os sócios e seus familiares:

Quando se precisa, quando o grupo precisa, vamos supor, de uma casa de esterco, do jeito que um tem direito todo mundo tem direito, quando chega de um precisar de cinqüenta, cem reais emprestado o grupo nunca nega o pedido. Do jeito que um tem direito, todos têm direitos iguais (Entrevistado 05).

Depende de como as pessoas são beneficiadas, as pessoas mais beneficiadas são as pessoas mais necessitadas. Se a pessoa tá... é assim... é carente, se a pessoa tá precisando de uma ajuda da associação, comida, remédio, aí a associação se junta pra ajudar. A gente dá graças a Deus é quando a gente não precisa, né? Bom é não precisar. (...) Quando a gente vê uma pessoa doente, precisando de dinheiro, a associação vai lá comprar remédio. Aqueles que não têm são mais beneficiados porque são os que mais precisam. O bom é a gente não precisar. Lá tem um fundo, tem um fundo rotativo lá, que faz uma coisa, faz outra. Se a pessoa adoeceu a gente se junta ou paga um trabalhador pra trabalhar na terra dele ou ajudar ele enquanto der, enquanto ele tiver doente a gente tá dando ajuda pra ele. Um rapaz mesmo quebrou o braço, a gente passou três meses sustentando ele, toda semana tinha a feirinha dele, além do que a gente deu dinheiro pra comprar remédio e comprar outras mercadorias,

dava sessenta reais, setenta, cem, dependendo da feira (Entrevistado 03).

Mas, até onde pudemos apurar, para os sócios-trabalhadores da EcoVárzea, o trabalho coletivo é visto, não só como um meio de ajudar os que mais precisam de apoio, é também um importante fator para que se obtenha um bom resultado no conjunto do processo produtivo e comercial. Eles explicam que, apenas coletivamente, são capazes de produzir de forma diversificada, oferecendo uma boa variedade de produtos para o consumidor. Sem essa variedade e sem uma quantidade satisfatória de produtos seria inviável a realização da feira, pois os clientes não se deslocariam para comprar apenas alguns dos itens que buscam, tendo que ir, em seguida, a outro mercado para finalizar suas compras. Segundo os relatos coletados esse foi um dos problemas que a feira em Mangabeira enfrentou. Além desse aspecto, a constituição do grupo tornou possível o acesso a incentivos governamentais e à captação de recursos, possibilitando ainda o estabelecimento de parcerias e conquistando o apoio de entidades que oferecem aos agricultores oportunidades que não poderiam ser conquistadas individualmente. Pelos relatos colhidos observa-se que os membros da EcoVárzea acreditam que trabalhando em grupo são mais fortes do que se estivessem cada um por conta própria.

A gente aprende que no individualismo a gente não consegue nada, né? E é difícil, é difícil trabalhar na coletividade porque são várias cabeças, pra todo mundo entrar num consenso é difícil, fica difícil, mas é bom porque eu aprendo, eu como sou jovem ainda, né? Jovem agora porque com dezesseis anos, assim vou crescer já com essa visão de trabalhar com a coletividade, porque geralmente hoje em dia não só jovens, mas crianças e adultos, têm muito pensamento individualista e é difícil se trabalhar com pensamento individualista. Se você for hoje pegar uma pessoa que tem o pensamento coletivo, que tenha o espírito de coletividade ou que trabalha com solidariedade, pra trabalhar com uma pessoa individualista, é horrível, porque você tem que fazer um processo de formação muito grande pra aquela pessoa aprender a trabalhar e saber que o processo coletivo também dá certo, né? É bom a pessoa aprender com a coletividade por conta que o que vale é a coletividade hoje em dia (Entrevistado 04).

Acho que significa a união, porque a gente sozinho não chega a lugar nenhum, mesmo tendo dinheiro é difícil. Acho que a gente trabalhando coletivamente é a gente somar as forças e aí a gente tem condição de caminhar. Porque, já pensou eu sair sozinho lá de Cruz do Espírito Santo pra vim comercializar duas/três caixas aqui? Era inviável, mas com essa associação a gente se fortalece, porque um traz três caixas, outro traz cinco, outro traz seis, aí somando essa quantidade dá viabilidade pra todo mundo participar. Essa é a grande importância da força da união do coletivo (Entrevistado 09).

Significa que é uma fonte de aprendizado, é uma escola. E a gente sempre, todo dia é uma coisa nova que a gente aprende, conhece pessoas, é maravilhoso, e ainda se tratando daqui, né? Da cidade, aqui na Universidade. Que olha onde a gente tá? A gente sai de lá, das grotas, das parcela, da terra e estamos aqui, né? Um conhecimento muito grande e é muito gratificante (Entrevistado 08).

Apesar de se mostrarem satisfeitos com o convívio coletivo, vários entrevistados deixaram claro que há dificuldades em se trabalhar coletivamente. A diversidade de opiniões foi apontada como uma das principais dificuldades para a construção de um entendimento comum e para o processo decisório dentro do grupo. Ao mesmo tempo, conforme alguns destacaram, uma pequena minoria ainda mantém uma atitude individualista e egoísta, que prejudica as relações do grupo:

Ainda existe sim atitudes individualistas, só que a gente tá tentando combater, né? No sentido, assim, a gente tá tentando mudar o pensamento do pessoal por conta que assim... por mais que a gente tente nunca é cem por cento. Por mais que a gente tente mesmo. Mas tá tentando mudar, mas... Digamos que setenta por cento ele é de coletividade, uns setenta e cinco por cento por aí, ele tem um espírito coletivo. Até porque todo mundo já teve uma formação que hoje em dia pra se trabalhar em grupo tem que ter um espírito coletivo (Entrevistado 04).

Olhe, eu acho que... vamos dizer assim: 85/90% ela corresponde com o coletivo, porque não adianta eu dizer que é 100%, porque ainda... alguns companheiros ainda

tem um pouco da cultura, vem de uma cultura do individualismo e aí falta quebrar esse tabu. E aí a gente sente ainda um pouquinho de individualismo em algumas famílias, em algumas pessoas. Então eu acho que 85% tem aí essa consciência do coletivo e do bem comum (Entrevistado 09).

O processo de aprendizado e construção coletiva continua. As dificuldades são muitas, mas ao que se mostra os ganhos são bem significativos, segundo as percepções dos próprios protagonistas da experiência em questão.

No que se refere às condições de trabalho, foi comum entre os entrevistados a constatação de que as condições de trabalho melhoraram bastante, com os Assentamentos e a constituição da EcoVárzea. O parâmetro anterior eram as condições de trabalho no corte da cana: “Pra trabalhar nesse grupo, com participação no mundo profissional, nesse trabalho, eu melhorei muito, chegou até melhorar minhas condições de trabalho e melhorar as condições de vida” (Entrevistado 03). A maioria dos sócios-trabalhadores entrevistados trabalhou a maior parte da vida com a agricultura, geralmente em engenho ou em terras arrendadas. Uma parte teve outros tipos de experiências, inclusive urbanas, como pedreiro, servente de pedreiro, eletricista, metalúrgico, montador industrial, marchante, etc. Algumas dessas experiências então relatadas abaixo.

A partir de seis anos de idade eu já trabalhava na roça, mas a partir dos sete, oito anos, eu trabalhava na cana de açúcar, sou ex-canavieiro, passei por um período muito difícil na minha vida que não tive infância nem juventude, praticamente todo meu tempo foi trabalhando nas usinas [...] antes eu vivia na escravidão, na cana-de-açúcar e hoje graças a Deus me sinto liberto porque aí eu não dependo do patrão. E aí eu consigo arrumar o pão de cada dia pra minha família, sem precisar trabalhar nas usinas, escravizado (Entrevistado 09).

Mas eu trabalho mesmo desde sete anos de idade, comecei a trabalhar pra fora, pros outros, desde uns dez depois que eu saí da escola, que eu num tive condições de escola e fui trabalhar. E aí trabalhei sempre no setor da cana de açúcar, acho que aí até 1995, 96. Fui no processo do acampamento da luta pela terra, aí pronto, daí pra cá não trabalhei mais pra os outros (Entrevistado 01).

Desde pequeno que eu nasci, eu nasci já na agricultura, saí, me casei e vim morar em João Pessoa. De tudo eu participei um pouco, se eu for dizer é muita coisa, aí depois voltei pra agricultura, achei que a agricultura era o meu lugar. Trabalhei em indústria, já fui mecânico, em outras coisas mais, aí voltei pra a agricultura (Entrevistado 03).

No começo, quando eu comecei a me entender de gente, eu trabalhava junto com minha família, trabalhava junto com meus pais, e eu trabalhava em serviço braçal, no campo. Mas a partir de quando eu comecei a trabalhar eu já trabalhei em outras áreas também. Eu já trabalhei em usina, nas usinas, trabalhei de vigia já, mas de todos os serviços que eu já fiz a coisa melhor que eu achei foi hoje em dia tá junto com meus companheiros trabalhando aqui, tendo contato com os consumidores, isso pra mim foi a coisa melhor que teve até hoje, foi trabalhar aqui mesmo (Entrevistado 05).

É sempre na agricultura, desde a época do meu pai, eu pequena. Aí cresci e fui pra os engenho, mas foi sempre agricultura mesmo (Entrevistada 07).

Trabalhava, trabalhava... é sempre com agricultura mesmo. Trabalhava às vezes com gado, trabalhava alugado, você entende o que é alugado, né? Era bóia fria mesmo (Entrevistado 08).

Já trabalhei de servente de pedreiro, de pedreiro, de eletricista, porteiro, garçom, ambulante, tem outras atividades que eu não tô lembrado agora no momento (Entrevistado 10).

Tornar-se agricultor familiar foi um primeiro passo no sentido de livrar-se da “escravidão”. Mas não foi suficiente. Logo ficou evidente que o chamado atravessador se apropriava de uma parcela significativa do produto do grupo. O segundo passo foi se associar e passar a comercializar diretamente seus produtos. Foi assim que, nas entrevistas, vários depoimentos realçaram esse como o principal motivo para participar da EcoVárzea.

Pois é... eu trabalhava, plantava pra atravessador, aí depois eu pensei e achei melhor tá no grupo pra eu mesma vender o que eu plantava (Entrevistado 07).

Pela primeira vez que eu vim com o povo da feira aí eu vi o movimento, né? Fiquei conhecendo que o coletivo era a melhor saída pra a gente que trabalhava no individual, vendia nossos produtos aos atravessadores, às vezes não recebia, aí era uma tristeza só. Aí quando eu vi a organização do grupo aí eu acreditei que só o coletivo era a melhor saída pra mim e pra minha família, por isso que até hoje eu tô no grupo, sou sócia, e jamais individual (Entrevistado 08).

Porque antigamente a gente produzia, mas os atravessadores compravam e levavam o lucro todinho do nosso trabalho. Então esse também é um dos objetivos, o outro objetivo é a gente vender um produto de qualidade para os consumidores onde o pessoal se alimenta com segurança e vai ter uma qualidade de vida melhor (Entrevistado 09).

Para os participantes da fase primeira, marcada por um longo processo de luta pela terra, a referência da luta continua presente: “o que tem de desenvolvimento em mim nasceu da luta pela terra e se consolidou com a EcoVárzea” (Entrevistado 01).

Quando instigados a comparar as duas situações, antes e depois da criação da EcoVárzea, prevaleceu amplamente uma preferência pela experiência que atualmente estão construindo. A referência do trabalho solidário e as idéias que compõem o universo discursivo do campo da Economia Solidária se mostraram bastante presentes na percepção dos entrevistados sobre a experiência vivenciada na EcoVárzea. O nível de formulação dessas ideias se apresentou diferenciado (correspondendo aos níveis de engajamento nos espaços e atividades de articulação), mas a presença desses elementos em termos de uma matriz discursiva são evidentes:

A Economia Solidária, pra mim, é ser solidário com nossos companheiros, né? Tem gente que vive, aqui nesse acampamento de terra, numa terra que Deus deixou pra todo mundo, a gente tem que compartilhar e dividir as coisas, a gente deve ser solidário. Eu creio que essa palavra solidário, eu creio que faz bem pra a gente, a gente se sente bem, com o coração no grupo de trabalho, o grupo dos nossos companheiros (Entrevistado 05).

É a pessoa ser solidário, né? É eu não ser egoísta e ser solidário com a minha comunidade, com os meus companheiros, até mesmo com as pessoas da cidade, com todo mundo, ser uma pessoa solidária, né? Saber dividir e ajudar o próximo (Entrevistado 08).

[...] a Economia Solidária é justamente isso que eu acabei de dizer, a questão de unir o pouco, quer dizer, a pequena produção, ela se torna grande quando ela soma, quer dizer, juntando um pouco daqui, dacolá, aí soma pra uma grande quantidade, isso pra mim já é solidário. Solidário também é a gente trazer em conjunto, tendo dois transportes, conseguidos em projeto, e aí a gente... o trabalho de carregar esses carros é partilhado, um pega a caixa, outro bota a caixa, então dessa forma a gente se sente num trabalho coletivo. Em relação também à solidariedade, eu acho que solidariedade também é a questão do gerenciamento, a gente tem a comissão... primeiro a gente tem a diretoria, aí temos conselho fiscal, conselho de ética e o conselho administrativo que é o principal, mas mesmo assim a gente divide algumas tarefas, tem pessoas que assumem o recebimento das mensalidades, outros já recebem a questão dos transportes, o caixa dos transportes, outro grupo faz a visita de campo, dividida em três grupos, um pra fazer a visita em Santa Helena, outro faz a visita no assentamento Padre Gino, mensalmente a gente também forma essa comissão pra acompanhar como é que tá se dando o trabalho, se realmente as pessoas tão cumprindo com a norma, o regimento interno, então assim a gente sempre procura dividir as tarefas e é dessa forma que eu me sinto viver no trabalho solidário e coletivo (Entrevistado 09).

As principais diferenças, identificadas pelos membros da EcoVárzea, entre as situações anteriores e a atual, centraram-se nos seguintes aspectos: o tipo de atribuições e responsabilidades que passaram a ter; o caráter coletivo das atividades; a liberdade e autonomia que passaram a ter; melhora da saúde.

Antes eu não tinha responsabilidade da forma que eu tenho agora, hoje eu coordeno a associação. Primeiro eu fui da coordenação informal, aí trabalhou dois anos, passou a ser formal, eu fui de novo, tirei um mandato de

dois anos, mas dois anos não foi meu e agora tô tirando mais dois anos de novo. Antes a gente tinha só a responsabilidade com a produção, na associação onde a gente mora do assentamento. Nessa associação, não, é uma coisa a parte que tem que tá articulado, tem que tá articulando apoio de outras entidades, tem uma ligação com as entidades governamentais e não governamentais, então você precisa tá empenhado, então isso tira... isso chama tempo, e tira você daquele tempo que você tinha já quase limitado para sua produção, pra sua organização interna, do processo de produção e comercialização. Agora não, você tem que produzir, tem que comercializar e tem que se articular amplamente com as entidades (Entrevistado 01).

É que antes a gente desenvolveu uma atividade comercial individual, né? Lucrar, era só lucrar, lucrar, lucrar, lucrar. E hoje a gente desenvolve uma atividade em conjunto com o grupo e hoje estamos satisfeitos por conta que um ajuda o outro, coletivamente, e antigamente era individual (Entrevistado 06).

A diferença é porque, trabalhar pros outros é uma coisa muito triste, né? Porque as pessoas: “Não, eu vou, eu vou trabalhar pra você”. E você vai me pagar o que? Quinze reais? No máximo quinze reais que paga. Aí você vai mandar: “Dona Zefinha, não faça isso; Dona Zefinha, não é desse jeito, a senhora vai ter de fazer de novo”. Aí vou ter que obedecer, né? Porque é você que tá me pagando. A diferença é porque agora eu trabalho na minha área, na minha parcela, tenho a minha casa, tenho minha família, a minha fonte de renda é pouca mas tenho, no dia que eu tô indisposta eu só vou quando eu melhora, quando eu não quero eu não vou, se eu quiser viajar eu viajo, se eu não quiser eu não viajo, aí é uma diferença muito grande, né? Você mandar no que é seu, ter o que é seu, isso aí que é a diferença (Entrevistado 08).

Eu acho que a diferença hoje ela é 100%. Porque antes mesmo a gente trabalhando nas usinas mas em casa a gente trabalhava na agricultura, só que a gente trabalhava em terra arrendada, pagava tudo ao proprietário. Só que a gente não tinha a liberdade de trabalhar e produzir o que a gente queria porque a gente tinha que trabalhar

até... tinha que colher a produção até o mês de outubro. A partir do dia 15 de outubro em diante ele já ia botar o gado na manga, como se dizia antigamente. Então hoje uma grande diferença é que a gente tem a liberdade de plantar, não tem necessidade de colher nas carreiras, a gente tamos plantando o que é nosso. Outra grande diferença foi a questão da saúde, hoje fisicamente a gente sente uma saúde melhor, apesar de não ser 100%, hoje a gente sente que temos uma boa saúde física, e tudo isso somou pra questão da saúde pessoal, questão de você ter mais tranquilidade, não se preocupar em sair de madrugada pra trabalhar, porque três horas da manhã todos os dias a gente já tava saindo pra o trabalho, alimentação tudo fora de hora, tudo isso acarretava pra os problemas de saúde, e graças à Deus hoje, pela vida que nós vivemos, hoje tem tudo pra ter um equilíbrio da nossa saúde mental e física (Entrevistado 09).

(...) Aqui nós somos patrões, não obedece ninguém e não manda em ninguém, cada um sabe o que faz, das necessidades e de como trabalhar... (Entrevistado 03).

(...) Na associação da EcoVárzea nós trabalha por nós próprio, nós somos patrão e nós somos empregados, a gente não manda e agente não somos mandado. Quer dizer, a melhor coisa que aconteceu na nossa vida foi essa associação agora, eu não trocaria nunca aonde eu tô pra ser empregado dos outros (Entrevistado 05).

Os entrevistados destacaram como aspectos mais positivamente avaliados da experiência atual: a convivência com o grupo e com os fregueses da feira; o reconhecimento pessoal e coletivo que o grupo conquistou não apenas na Paraíba mas em diversos pontos do Brasil e até mesmo em outros países; o aprendizado; a rentabilidade que tem propiciado.

O que me agrada é a convivência. É a convivência com aquelas pessoas que, a gente dali vai tirando as pessoas mais interessadas, que ajuda mais, a gente tem mais contato e trabalha. E quando chega aqui na feira a gente também tem aquele grupo que conhece pessoas que gostam de conversar com a gente, gosta de participar, e a gente se sente feliz porque chega essas pessoas que agrada a gente. Tem gente que pensa que é mentira... A

gente tá preparado pra isso. Já há sete anos, já faz sete anos, a gente já tá preparado pra isso. Às vezes a pessoa chega e não faz um bom contato com o pessoal, e cada vez que a gente passa a gente aprende muito mais. E até as crianças, não é trabalho forçado, as crianças gosta de participar porque eles vão aprender até próprio mesmo pra as aulas delas. Hoje você vê uma criança que já sabe tudo, como se planta, como se faz, como se colhe e até elas tiram boa nota quando se passa os trabalhos pra eles (Entrevistado 03).

O que mais me agrada em participar da associação é o desenvolvimento, né? Meu e dos nossos companheiros que trabalham junto conosco, aprender mais do que a gente sabia, mais do nosso trabalho (Entrevistado 05).

Eu acho que o que agrada é justamente todo esse objetivo que eu já coloquei, a questão de você ter uma renda fixa toda semana, ter esse contato com o público, essa relação com o homem e a mulher da cidade, ter essa convivência com os companheiros do assentamento e de outros assentamentos de outros municípios vizinhos, essas convivência. Isso faz com que a gente... dá vida a nós, quando a gente se sente unido, nesse objetivo de trabalhar o bem comum para todos (Entrevistado 09).

Evidenciou-se, claramente, nos depoimentos o quanto a experiência da Associação tem contribuído com a melhora da qualidade de vida, pessoal e comunitária, do grupo, assim como da sociedade em geral, visto que produz e comercializa alimentos saudáveis e é exemplo de uma prática solidária. Neste particular, os entrevistados demonstraram ter consciência do papel educativo que, por meio da experiência que desenvolvem, estão desempenhando junto a outros grupos e ao conjunto da sociedade.

Eu não vou dizer que antes eu não tinha condições, mas já que eu passei pra ser um agricultor profissional, ela me ajudou muito. Pra trabalhar nesse grupo, com participação no mundo profissional, nesse trabalho, eu melhorei muito, chegou até melhorar minhas condições de trabalho e melhorar as condições de vida. Na maneira de dizer assim: comer melhor, comer mais sadio, saber o que tamos comendo, então, tudo que a gente faz, tudo que a gente

planta a gente come sabendo o que tá comendo. A gente sabe que tamos comendo um produto sadio, sem veneno, sem agrotóxico e preservando o meio ambiente. Só isso aí, isso já vem melhorar a situação de vida da gente, e a situação financeira também... (Entrevistado 03).

Todo mundo foi beneficiado. Todos que entram na feira eles são beneficiados, em ambas as partes. No trabalho ele passou a trabalhar mais e passou a ganhar mais e passou a ser uma pessoa mais inteligente e ter um padrão de vida mais elevado, que a gente que trabalha com gente ele tem que ir se adaptando pra lidar com as pessoas (Entrevistado 03).

Evidentemente que há também insatisfações. Segundo os entrevistados persistem dificuldades, não só impostas do exterior, mas também geradas internamente:

A associação não é só coisas boas, também tem as coisas ruins. Tem pessoas que não quer entender, tem pessoas que não dá ouvido, tem pessoas que não quer produzir dentro do processo correto, tem pessoas que não participa das reuniões... (Entrevistado 01).

O que desagrada numa associação dessas - às vezes dá até vontade do cara desistir, nem tudo são flores, né? - é aquilo quando a gente trabalha com amor, com dedicação as coisas e vêm outras pessoas que querem sujar. Tem lei, nós que formamos as leis e nós que assumimos, nós formamos a lei, o estatuto, e depois o cara quer enganar nós, um ultrapassa a lei e termina desagradando nós. O pior é que a gente tem que dizer na cara do cara, entendeu? (...) É o que acontece, e às vezes é obrigado a gente até tirar a pessoa da feira. (...) Aí fala: "você não tem feijão, você vai comprar feijão pra vim vender?", é um atravessador. "Eu tenho feijão, tô plantando e eu sei que o feijão é bom mesmo aí vem você que não tem feijão compra fora pra vender na feira, aí vai atrapalhar meu trabalho todo, trabalho que eu fiz, né?" Outra coisa se você no caso de outras mercadorias, não pode usar agrotóxico, não pode usar veneno, nem veneno nem produto químico, aí vem o cara por trás, aí quer usar produto

químico, aí nós expulsamos (...) A gente observa, olha, vê, faz que não vê, mas na hora a gente sabe tudo, secreto, né? (Entrevistado 03).

Nem Deus agrada todo mundo, né? Nem todos nossos companheiros que vive dentro de uma associação, dentro de um assentamento eles são solidários, né? É uma palavra muito que eu... muito bonita é a solidariedade, mas nem todo mundo somos solidários um com o outro, e às vezes tem que saber conviver com quem se dá bem com a gente e com quem a gente não se dá bem com eles. Que é muito bom se todos eles tivessem uma combinação por igual, você sabe que isso não existe. E a gente tem que saber lidar com esses tipos de pessoas (Entrevistado 05).

É incontestável, no entanto, o teor positivo da percepção dos entrevistados quanto à experiência da EcoVárzea e aos seus impactos na suas vidas e de todo o grupo. Os sentidos de autonomia, liberdade, convívio solidário, compromisso coletivo, assim como rentabilidade do empreendimento, foram os argumentos mais fortemente evidenciados, nos depoimentos, para justificar o engajamento dos mesmos no projeto da Associação.

Considerações finais

Embora a Economia Solidária seja um tema novo, já é possível identificar sua importância para o mundo do trabalho, que encontra, na mesma, uma forma alternativa de economia. Uma alternativa para aqueles que se sentem insatisfeitos com o sistema, buscando novas formas de produção e relações de trabalho, baseadas em valores solidários, voltados para a cooperação e solidariedade, participação e autogestão.

Antes da EcoVárzea os sócio-trabalhadores entrevistados desenvolviam atividades diversas, tanto na agricultura quanto em outros ofícios. De acordo com as declarações colhidas, a maioria enxergava a relação trabalhista em que estavam envolvidos como uma espécie de escravidão, onde se trabalhava muito, em más condições, por uma remuneração insatisfatória. Alguns dos entrevistados declararam que gostavam das atividades que desenvolviam anteriormente, mas não se sentiam livres para tomar suas próprias decisões como se sentem com a Associação, onde sua opinião, suas idéias e valores são levados em consideração.

Conforme os depoimentos, a vivência da experiência econômica solidária da EcoVárzea mudou a perspectiva dos sócio-trabalhadores com relação ao entendimento que os mesmos têm sobre trabalho e sobre a vida social. Foi possível verificar ainda que, no caso observado, a experiência de Economia Solidária se mostrou capaz de transformar as relações de trabalho e a vida das pessoas envolvidas.

Não obstante os limites e contradições observados, segundo constatações dos próprios entrevistados, foi possível identificar sinais na relação do sócio-trabalhador com o seu trabalho, no sentido da sua percepção como um elemento de realização pessoal, individual e coletiva, e não somente como meio ou instrumento de obtenção de renda. As noções de cooperação, solidariedade, gestão participativa, agroecologia, entre outras, povoam o universo discursivo dos entrevistados e encontram correspondências com a trajetória de luta pela terra, de organização dos Assentamentos de Reforma Agrária e de constituição da EcoVárzea. Trata-se de um projeto em construção.

Referências bibliográficas

CULTI, Maria Nezilda. Economia Solidária: incubadoras universitárias e processo educativo. *Revista Proposta*: Rio de Janeiro; UFAm: Manaus, 2007.

GAIGER, Luiz Inácio. A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista. *Caderno CRH*, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

_____. Sentido e viabilidade das novas formas de produção não capitalistas: alguns resultados de pesquisa sobre a economia solidária no Brasil. *International Society for Third-Sector Research - ISTR*. Toronto, Canada, julho – 2004.

LEITE, Paula. *O Futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária*. São Paulo: Scritta/Fapesp, 1994.

MARCOS, Valeria de *et al.* Feira Agroecológica do Campus I da UFPB: certificação social e revitalização. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária: Presidente Prudente, 2005.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005*. Brasília: TEM/SENAES, 2006. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_atlas.asp> Acesso em 15 de setembro de 2010.

PINTO, Ana Regina. Desenvolvimento local: desenvolvimento não se espera, se faz. 2010. Trabalho final de disciplina de Especialização em Economia Solidária e Autogestão pela UFCG. Campina Grande – PB, 2010.

POCHMANN, Marcio. Economia Solidária no Brasil: possibilidades e limites. Nota Técnica: Mercado de Trabalho – IPEA, 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_24g.pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2010.

ROUSSEL, Erick. L'économie solidaire et plurielle: une lecture par le site. In: Daghri, Taoufik; Zaoual, Hassan (Orgs.). *Économie solidaire et développement local*. Paris: Horizon Pluriel/ L' Harmattan, 2007.

SANTOS, Boaventura. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura (Org). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____, Boaventura de Sousa. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, Paul. A Economia Solidária no Governo Federal. Ipea. Mercado de trabalho. 24 de agosto, 2004. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/4927342/Economia-Solidaria-por-Paul-Singer>. Acesso: 04 de agosto de 2011.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. *In*: Singer P.; Souza A. R. (Org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Economia Contexto, 2000.

Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). A Economia Solidária no Estado da Paraíba. Mapeamento Nacional. SENAES/TEM; UNITRABALHO e FINEP.

ZAOUAL, Hassan. *Nova economia das iniciativas locais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.